

24/05/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 107.327 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(S)	: J G G C
PACTE.(S)	: D G M G
IMPTE.(S)	: PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. INQUÉRITO DE NATUREZA PENAL EM TRÂMITE NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. ATO DE PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, POR DESIGNAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA O EXAME DA AÇÃO CONSTITUCIONAL. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. A designação subscrita pelo Procurador-Geral da República, nos termos da Portaria PGR nº 96, de 19 de março de 2010, não desloca a competência da causa para o Supremo Tribunal Federal. Não-ocorrência de ato concreto praticado pelo Procurador-Geral da República a justificar a regra do art. 102 da Constituição Federal de 1988.

2. É pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os membros do Ministério Público da União que oficiem em Tribunais estão sujeitos à jurisdição penal do Superior Tribunal de Justiça (parte final da alínea “a” do inciso I do art. 105 da CF/88). Tribunal a quem compete processá-los e julgá-los nos ilícitos penais comuns (RE 418.852, da minha relatoria).

3. *Habeas Corpus* parcialmente concedido tão-somente para determinar ao Superior Tribunal de Justiça que conheça e julgue, como entender de direito, o HC 185.495/DF.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal em deferir parcialmente a

HC 107.327 / DF

ordem, tão-somente para determinar ao Superior Tribunal de Justiça que conheça e julgue, como entender de direito, o HC 185.495/DF, o que fazem nos termos do voto do Relator e por unanimidade de votos, em sessão presidida pelo Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas.

Brasília, 24 de maio de 2011.

MINISTRO AYRES BRITTO - RELATOR

24/05/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 107.327 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. AYRES BRITTO
PACTE.(S)	: J G G C
PACTE.(S)	: D G M G
IMPTE.(S)	: PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)

Cuida-se de *habeas corpus*, aparelhado com pedido de liminar, impetrado contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça. Acórdão assim ementado:

“*HABEAS CORPUS* IMPETRADO PARA ADVERSAR ATO DE PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA ATUANDO POR DESIGNAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. ART. 18, PARÁG. ÚNICO DA LC 75/93 E ART. 41, PARÁG. ÚNICO DA LEI 8.625/93. FORMA ABRANGENTE DE EXERCÍCIO DE ATRIBUIÇÃO DO DESIGNANTE. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA A PROCESSAR E JULGAR *WRIT* CONTRA ATO DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, DETERMINANDO-SE A REMESSA DOS AUTOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REVOGAÇÃO DA LIMINAR

1. As investigações de infração penal cometida por membro do Ministério Público da União serão orientadas pelo Procurador-Geral da República, sendo permitido a ele designar, como aconteceu no caso sub judice, membro do Parquet para cumprir tarefas específicas ou ordinárias ou de instrução e outras quaisquer que sejam (art. 18, parág. único da LC 75/93 e art. 41, parág. único da Lei 8.625/93).

2. A designação do Procurador-Geral a um Procurador

HC 107.327 / DF

Regional da República é feita para instituir longa manus, ou seja, é uma forma abrangente de exercício de atribuição do designante, o que, juridicamente, equivale à atuação do primeiro, sendo irrelevante se direta ou indiretamente.

3. Levando-se em conta que o presente pedido ataca ato do Procurador Regional que atuava por designação do Procurador-Geral da República, inviável o conhecimento deste mandamus por esta Corte.

4. Habeas Corpus não conhecido, determinando-se a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal. Revogação da liminar concedida.”

2. Pois bem, os impetrantes alegam que a mera designação, subscrita pelo Procurador-Geral da República, de Procurador Regional da República para atuar em procedimento criminal em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região não tem a força de atrair a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar este *habeas corpus*. Isso porque o HC submetido a exame do Superior Tribunal de Justiça foi impetrado contra ato de Desembargador do TRF da 1ª Região (relator do inquérito), bem como contra ato de Procurador Regional da República. Logo, não cabe falar em competência originária do STF, tal como decidido pela autoridade impetrada.

3. Prossegue a impetração para anotar que os pacientes foram *“intimados a comparecer para serem inquiridos na condição de investigados perante a Procuradoria Regional da República [...] para investigação criminal paralela e clandestina, supostamente vinculada à Persecução Penal (Inquérito Policial) 0001374-37.2010.4.01.0000/DF em trâmite perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região”*. O que apenas reforça o *“constrangimento ilegal”* suportado pelos acusados.

4. Diante disso, a defesa pugna pela concessão de medida acauteladora para sustar os efeitos da decisão impugnada. O que fazem ante o *“risco que correm os Pacientes de serem coagidos, obrigados, conduzidos, na condição de Investigados, a comparecerem perante Procurador Regional da República, o qual conduz investigação criminal em que não são investigados*

HC 107.327 / DF

policiais (única hipótese a se permitir, com ponderações de princípios, investigação criminal pelo MP)”. No mérito, o pedido é de concessão da ordem, para determinar ao Superior Tribunal de Justiça que “conheça integralmente da impetração lá impetrada”.

5. À falta de seus pressupostos, indeferi as liminares requestadas. Na seqüência, abri vista dos autos ao Ministério Público Federal. Órgão que opinou pelo parcial deferimento do pedido.

6. Já me encaminhando para o desfecho deste relatório, anoto a Petição nº 25370/2011. Petição segundo a qual os impetrantes *“informam que por razões nunca ligadas a aspectos éticos ou meritórios do conflito e sim por impedimentos de natureza material estão deixando, nos aspectos globais, a defesa dos indigitados”*.

É o relatório.

* * * * *

24/05/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 107.327 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (RELATOR)

Feito o relatório, passo ao voto. Fazendo-o, pontuo, de saída, que os pacientes respondem a Inquérito (nº 1374-37.2010.4.01.0000), em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Tribunal constitucionalmente competente para processar e julgar membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos da alínea “a” do inciso I do art. 108 da Constituição Federal de 1988.

9. Nessa contextura, o desafio desta nossa Segunda Turma consiste em saber se o Superior Tribunal de Justiça é, ou não, competente para examinar a presente ação constitucional de *habeas corpus*. Noutras palavras: o que nos cabe decidir é se o Superior Tribunal de Justiça incorreu em ilegalidade, ou abuso de poder, ao declinar de sua própria competência para a apreciação deste HC. HC impetrado, repiso, contra ato supostamente praticado por Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Procurador Regional da República ali oficiante.

10. Sem maiores delongas, tenho que a ordem é de ser parcialmente concedida. Digo isso porque a simples designação subscrita pelo Procurador-Geral da República não me parece com a força de deslocar a competência da causa para o Supremo Tribunal Federal. Designação cujo conteúdo reproduzo:

“Tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 18 da Lei Complementar nº 75/93, designo o Procurador Regional da República RONALDO MEIRA DE VASCONCELLOS ALBO para atuar no feito, adotando as providências que entender cabíveis.”

11. Com efeito, não enxergo, na concreta situação dos autos, nenhum ato concreto praticado pelo Procurador-Geral da República que tenha o condão de justificar a regra que se lê no art. 102 da Constituição Federal

HC 107.327 / DF

de 1988. Confira-se:

“Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o **Procurador-Geral da República**;

[...]

i) o **"habeas-corpus"**, quando o coator ou o paciente for **tribunal, autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância**;

[...]”

12. Presente essa moldura, afigura-se-me correto o raciocínio desenvolvido pela ministra Laurita Vaz, então relatora do HC 185.495, alvo desta impetração. Relatora que, a meu ver, acertadamente, bem rejeitou a preliminar de incompetência do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

“*Concessa venia*, ousou divergir do posicionamento acolhido por meus ilustres pares integrantes da Quinta Turma, por considerar inserida a hipótese dos autos no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República, cujo teor é o seguinte:

‘Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais

HC 107.327 / DF

Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

[...]

c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;' (grifos acrescidos)

Conforme se extrai dos autos, foi instaurado, nesta Corte Superior de Justiça, o Inquérito Policial n.º 650/DF, destinado a apurar os fatos relacionados à denominada 'Operação Caixa de Pandora'. Nos autos do referido procedimento, o Ministro Relator, acolhendo manifestação da Subprocuradoria-Geral da República, determinou o desmembramento do feito com relação à ora Paciente, D. G. M. G. – membro do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios –, remetendo-o ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (fl. 157), no qual foi instaurado o Inquérito n.º 0001374-37.2010.4.01.0000/DF, que foi registrado e distribuído sob sigilo com o n.º 0068496-67.2010.4.01.0000/DF.

Nas presentes razões, buscam os Impetrantes, em suma, a anulação dos elementos probatórios colhidos pelo Ministério Público Federal no que denominam 'persecução paralela' instaurada, bem como seja-lhes concedido acesso pleno e irrestrito aos dados probatórios colhidos nas buscas e apreensões realizadas.

Para tanto, apontam como Autoridades Impetradas o Desembargador Federal Relator do Inquérito n.º 0001374-37.2010.4.01.0000/DF e dos Procedimentos Cautelares n.os 0032470-70.2010.4.01.0000 e 0054168-35.2010.4.01.0000, que tramitam na Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, o qual, segundo alegam, teria lhes negado o acesso ao

HC 107.327 / DF

material probatório produzido, e o Procurador Regional Federal da 1.^a Região, Dr. Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, que estaria, por conta própria, conduzindo as investigações.

Constata-se, pois, que a impetração se insurge, de um lado, contra suposta coação atribuída a Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, na condução do procedimento investigatório; e, de outro, contra o Procurador Regional da República, que, evidentemente, é membro do Ministério Público da União que oficia perante o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região e é o responsável pela apuração dos fatos ora questionada.

Nesse contexto, é manifesta a competência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar originariamente o habeas corpus, a teor do art. 105, inciso I, alíneas c e a, da Constituição Federal.

Acerca da atuação do Procurador Regional da República no caso sub examine, entendo, data venia, que, ao contrário do concebido pelos meus pares, ele não está atuando por delegação do Procurador-Geral da República, isto é, exercendo uma atribuição que é do próprio Procurador-Geral da República, mas, sim, desempenhando uma função que lhe é conferida pela Lei Complementar n.º 75/93, mediante designação do Procurador-Geral da República.

Destaco, por oportuno, os seguintes dispositivos da mencionada legislação:

'Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:

I - notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada;

.....

.....

V - realizar inspeções e diligências investigatórias;

VII - expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar;' (grifos

HC 107.327 / DF

acrescidos.)

'Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União:

[...]

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.' (grifos acrescidos)

Como se vê, a determinação de apuração do fato, nos casos em que houver indício da prática de infração penal por membro do Parquet, não foi conferida pela Lei Complementar n.º 75/93 originariamente ao Procurador-Geral da República, mas a um membro do Ministério Público por ele designado para o desempenho de tal mister, o qual, na hipótese em comento, corresponde ao Procurador Regional da República. **Desse modo, penso que não há como se conceber, data venia, como Autoridade Coatora, o Procurador-Geral da República, razão pela qual resta afastada a competência do Colendo Supremo Tribunal Federal.**

Ante o exposto, REJEITO a preliminar de incompetência do Superior Tribunal de Justiça.

É como voto.”

(Sem destaques no original.)

13. Sendo assim, tenho por irretocável o parecer do Ministério Público Federal nestes autos. Parece do qual extraio a seguinte passagem:

“Sendo, pois, a autoridade coatora um Membro do Ministério Público Federal, que oficia perante o Tribunal Regional Federal, cabe ao Superior Tribunal de Justiça, e não a essa Corte Máxima, processar e julgar, originariamente, o

HC 107.327 / DF

habeas corpus que vise desconstituir os atos por ele emanados, nos termos do que prescreve a Constituição Federal (art. 105, I, c1).

De observar-se, que a competência desse Supremo Tribunal Federal para conhecer originariamente de habeas corpus, reduz-se às hipóteses do art. 102, I, d, da Constituição, sendo que nelas não se inclui a impetração contra ato de Procurador Regional da República, ainda que no exercício de suas funções institucionais, mediante designação do Chefe do Ministério Público Federal.

Eventual apreciação por esse Pretório Excelso de ação constitucional, cuja prática é imputável à pessoas estranhas ao rol exaustivo inscrito, em *numerus clausus*, no art. 102, I, “d” da CF/88, implicaria em ampliação indevida de sua atribuições, o que não se pode admitir.”

14. Por outro ângulo de análise, não posso deixar de lembrar que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que os membros do Ministério Público da União que atuam em quaisquer Tribunais – como no caso dos autos – estão sujeitos à jurisdição penal do Superior Tribunal de Justiça (parte final da alínea “a” do inciso I do art. 105 da CF/88). Tribunal a quem compete processá-los e julgá-los nos ilícitos penais comuns (RE 418.852, da minha relatoria). Tudo a reforçar a tese de que ao Superior Tribunal de Justiça compete processar e julgar, originariamente, a ação constitucional em causa.

15. Por tudo quanto posto, concedo parcialmente o *habeas corpus*, na linha do parecer do Ministério Público Federal. O que faço tão-somente para determinar ao Superior Tribunal de Justiça que conheça do pedido e o julgue como entender de direito.

16. É como voto.

* * * * *

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 107.327

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. AYRES BRITTO

PACTE.(S) : J G G C

PACTE.(S) : D G M G

IMPTE.(S) : PAULO SÉRGIO LEITE FERNANDES E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Deferida parcialmente a ordem, tão-somente para determinar ao Superior Tribunal de Justiça que conheça e julgue, como entender de direito, o HC 185.495/DF, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. **2ª Turma**, 24.05.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie, Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador